



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)


Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 4

Editores: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-271-5 DOI 10.22533/at.ed.715201908</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional. I. Silva, Américo Junior Nunes da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O quarto volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles que pensam a Educação Inclusiva em diferentes instituições e regiões do país.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro e as questões voltadas a inclusão. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional e que apresentam como objeto de estudo a Educação Inclusiva.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	
Anatália Dejane Silva de Oliveira Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7152019081	
CAPÍTULO 2	14
MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE A PARTIR DE SINOPSES ESTATÍSTICAS	
Juliane Aparecida de Paula Perez Campos Waldísia Rodrigues de Lima Graciliana Garcia Leite	
DOI 10.22533/at.ed.7152019082	
CAPÍTULO 3	24
JOGO LIBRÁRIO DO MEIO AMBIENTE: TECNOLOGIA SOCIAL E DESIGN PARA O ENSINO DE LIBRAS	
Flavia Neves de Oliveira Castro Nadja Maria Mourão Rita de Castro Engler Isabela Cristina Teixeira Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.7152019083	
CAPÍTULO 4	33
INCLUSÃO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES POR MEIO DE JOGOS EDUCATIVOS	
Marina Barros Batista Almir Vieira de Sousa Neto Jackeline Dias Cunha Nogueira Amanda Azevedo Torres Esther Barata Machado Barros Yndri Frota Farias Marques Tamara Simão Bosse Adriano Joab Meneses Mesquita Rebeca Coêlho Linhares Luana Cristina Farias Castro Áurea Izabel de Andrade Barroso Clesivane do Socorro Silva do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.7152019084	
CAPÍTULO 5	38
A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA COM TEA: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO INGRESSO NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Paloma Rodrigues Cardozo Andreia Mendes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7152019085	
CAPÍTULO 6	46
LIBRAS E A EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL	
Alana Francine Freitas Xavier Larissa Ingreddy Tavares Andreia de Cassia Silva Machado	

Ludmila Grego Maia
Patrícia Leão da Silva Agostinho
Yolanda Rufina Condorimay Tacsí
Katarinne Lima Moraes

DOI 10.22533/at.ed.7152019086

CAPÍTULO 7 52

A INCLUSÃO DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR EM FORTALEZA-CE: PRÁTICAS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Francisca Camila Araújo da Silva
Antonia Kátia Soares Maciel

DOI 10.22533/at.ed.7152019087

CAPÍTULO 8 61

O PAINEL SENSORIAL COMO UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Francisca Helen Veloso Euzébio
Ana Caroline Marques de Araújo
Renata Gomes Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.7152019088

CAPÍTULO 9 70

POLÍTICAS INCLUSIVAS E COMPENSATÓRIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Diana Gurgel Pegorini

DOI 10.22533/at.ed.7152019089

CAPÍTULO 10 75

A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PARA PESSOAS SURDAS: ESPAÇO DE INTERAÇÃO E VISIBILIDADE DA CULTURA SURDA

Marcia Pereira de Sousa
Normandia de Farias Mesquita Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.71520190810

CAPÍTULO 11 85

REFLEXÕES ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO E O ENSINO DE LIBRAS

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.71520190811

CAPÍTULO 12 95

LIBRAS EM MODALIDADE SINALIZADA E O PORTUGUÊS EM MODALIDADE ESCRITA: OS SURDOS EM MEIO À SOCIEDADE GRAFOCÊNTRICA

Josiane Coelho da Costa
Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.71520190812

CAPÍTULO 13 105

ANÁLISE CONCEITUAL DE TERMINOLOGIAS EM LIBRAS DAS DISCIPLINAS DE QUÍMICA E BIOLOGIA

Tháisa Cardoso Nascimento Borges
Maloní Montanini Mafei César
Michelly Christine dos Santos
Lourena Cristina de Souza Barreto

DOI 10.22533/at.ed.71520190813

CAPÍTULO 14 119

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ana Beatriz Guimarães Quadros
Daniele Pereira de Sousa
Simone Maria Campelo Machado
Degiane da Silva Farias

DOI 10.22533/at.ed.71520190814

CAPÍTULO 15 134

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CONTEXTOS DISTINTOS: BRASIL E MOÇAMBIQUE

Amisse Alberto
Márcia de Fátima Barbosa Corrêa
Neusa Teresinha Rocha dos Santos
Cláudia Aparecida Prates

DOI 10.22533/at.ed.71520190815

CAPÍTULO 16 141

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS AÇÕES DE FORMAÇÃO DO IFRN

Josanilda Mafra Rocha de Moraes
Lenina Lopes Soares Silva

DOI 10.22533/at.ed.71520190816

CAPÍTULO 17 152

CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA NO ENSINO DE INGLÊS PARA SURDOS

Bruna de Oliveira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.71520190817

CAPÍTULO 18 159

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E GARANTIA DE DIREITO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Andréia Farias de Jesus
Ana Marta Gonçalves Soares
Daniel Costa Gomes de Souza
Lucas Bastos de Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.71520190818

CAPÍTULO 19 167

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O DIREITO À CIDADE

Samantha Sena e Pinto
Julia Freitas
Ivonete Barreto de Amorim
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

DOI 10.22533/at.ed.71520190819

CAPÍTULO 20 180

O ESTUDO DO DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO DE LIBRAS COMO L2 PARA SURDOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.71520190820

CAPÍTULO 21	187
REVISÃO DA LITERATURA SOBRE DISLEXIA: CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
Marília Piazzzi Seno	
Simone Aparecida Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.71520190821	
CAPÍTULO 22	196
O <i>CUIDADOR</i> ESCOLAR EM UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO	
Rosimar Bortolini Poker	
Bruna Caroline Cardoso Komatsu	
DOI 10.22533/at.ed.71520190822	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	208
ÍNDICE REMISSIVO	209

O CUIDADOR ESCOLAR EM UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO

Data de aceite: 03/08/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Rosimar Bortolini Poker

Universidade Estadual Paulista, Unesp.
Faculdade de Filosofia e Ciências, Departamento
de Educação e Desenvolvimento Humano
- DEPEDH, Marília, São Paulo <https://orcid.org/0000-0001-8019-6506>

Bruna Caroline Cardoso Komatsu

pedagoga graduada na Universidade Estadual
Paulista, Unesp, Faculdade de Filosofia e
Ciências, Marília, São Paulo. Professora de
Artes e da brinquedoteca do Hospital Sírio
Libanes, São Paulo, Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/6676685731632707>

RESUMO: A implementação da política educacional inclusiva exige dos sistemas de ensino e, conseqüentemente, das escolas, o atendimento às necessidades educacionais específicas de todos os alunos, inclusive dos que apresentam severos comprometimentos motores, sensoriais, físicos, comportamentais e/ou intelectuais. Assim, torna-se imprescindível a realização de adequações nas escolas para garantir não só a matrícula desse grupo específico de alunos como, também, condições efetivas de participação e aprendizagem em

seu processo de escolarização, conforme apontam as normativas legais vigentes no país. Para dar o suporte necessário à inclusão de alunos com graves limitações, que dificultam ou impedem a realização de atividades, na escola, de forma autônoma, a legislação prevê o direito do apoio de um *Cuidador*. Entretanto, nos documentos, não fica definido claramente o lugar que o esse profissional deve ocupar na escola. Nesse contexto, a pesquisa pretendeu analisar as normativas existentes que respaldam a contratação desse profissional, bem como conhecer o seu perfil: sua formação, atribuições, funções e clientela por ele atendida. Para tanto foi realizado o estudo de caso de um sistema municipal de educação de uma cidade do Estado de São Paulo. Os resultados apontaram que o *Cuidador* está presente nessa rede de ensino desde 2014 e, atualmente, todos os alunos que dependem desse suporte, são atendidos. Além de auxiliar nas áreas da locomoção, alimentação e higiene, constatou-se que em certas ocasiões, desenvolvem atividades pedagógicas individualizadas nas salas de aula e, também, atuam com outros alunos com deficiências menos graves.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidador na escola, Educação Inclusiva, Apoio a inclusão.

ABSTRACT: The implementation of inclusive educational policy requires that education systems and, consequently, schools, meet the specific educational needs of all students, including those with severe motor, sensory, physical, behavioral and / or intellectual impairments. Thus, it is essential to make adjustments to adapt schools to ensure not only the enrollment of this specific group of students, but also effective conditions for participation and learning that have ensured their schooling as indicated by the country's legal regulations. To provide the necessary support for the inclusion of these students with serious limitations, the legislation guarantees the right of the presence of a new professional in the school called Caregiver. However, in the documents, the place that the Caregiver should occupy in the school is not clearly defined. In this context, the present research intended to analyze the legislation that supports the hiring of this professional, as well as to know his profile, how is his education, what are his duties, functions and who is the clientele served. A documentary analysis and a case study of the situation of a municipality in the interior of the State of São Paulo were carried out. The results showed that the Caregiver has been present in this municipal education system since 2014 and, currently, all students who depend on this support, have been assisted. Caregivers assist in the areas of locomotion, food and hygiene. Sometimes they work in classrooms developing individualized pedagogical activities and, also, they work with other students with less serious disabilities.

KEYWORDS: Caregiver at school, Inclusive Education, Support for inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é marcada historicamente por uma série de transformações nos sistemas educacionais. Para além do direito à matrícula nas salas regulares de ensino, foram implementados serviços de apoio que tinham a intenção de garantir, também, a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas.

O sistema educacional brasileiro, desde 1990, quando foi promulgada, na Tailândia, a Declaração de Jomtien, que teve como resultado a proclamada Declaração Mundial sobre Educação Para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, assumiu o compromisso de organizar e estruturar as escolas tendo como base o direito à educação, para todos. Nesse mesmo ano, aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), documento que pretendeu destacar e valorizar o direito à educação de todos no ensino regular, com o apoio da educação especial.

Em 1994, é proclamada na Espanha, a Declaração de Salamanca, resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Defende a questão dos direitos humanos e apresenta propostas e recomendações para estruturar ações para atender alunos com necessidades educacionais específicas nas escolas e proclama:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. (UNESCO, 1994).

Influenciada pela Declaração de Salamanca, em dezembro de 1996, é sancionada no Brasil a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96. Nela, é apontado como dever do Estado, o atendimento aos alunos com deficiência, garantindo uma educação pública e gratuita, capaz de atender suas necessidades educacionais especiais, preferencialmente nas salas regulares de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, outro importante documento que direciona como deve ser atendido o aluno com deficiência na sala regular, é promulgado em 2008. Nele, se observa a preocupação com as adequações da escola e da sala de aula para atender às especificidades dos alunos, revela que educação especial passa a se constituir um serviço de apoio que subsidia a proposta de escola inclusiva. Amplia-se a compreensão de inclusão, de uma escola aberta à diversidade que pretende oferecer as melhores condições possíveis de aprendizagem para todos os alunos.

Em 2013, uma nova redação da LDB foi aprovada pela Lei nº 12.796 enfatizando, ainda mais, a ideia de que a escola deve oferecer suporte ao aluno público alvo da educação especial, com a preocupação de atender as suas necessidades educacionais específicas.

De acordo com a nova redação do Capítulo V, Artigo 58 da LDB,

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 2013).

De acordo com a nova redação, o Artigo 59 da LDB garante o atendimento às necessidades educacionais de acordo com os recursos educativos, para aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (atualmente Transtorno do Espectro

Autista) e altas habilidades/superdotação, promovendo um desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Nessa mesma direção, a Comissão de Seguridade Social e Família aprovou no dia 31 de março de 2014, uma medida que passou a obrigar as escolas regulares a oferecer para o aluno com deficiência grave, quando for verificado que ele precisa de apoio e de ajuda individualizada, um profissional denominado *Cuidador*. A iniciativa foi apresentada no Projeto de Lei 8014/10, pelo deputado Eduardo Barbosa. Foi então acrescentado um parágrafo ao art. 58 da LDB de 1996 assegurando a presença desse *Cuidador* na escola. De acordo com seu parágrafo quarto “Ao educando com deficiência será assegurada a assistência de *Cuidador*, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino”.

Em 2015, a presidente Dilma Rousseff promulgou a lei a Lei nº 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ficou assegurado que é dever do Estado promover condições de igualdade e liberdade aos sujeitos com deficiência, tendo em vista a inclusão social, educacional e cidadania. Os Artigos 27 e 28 abordam questões referentes ao ambiente educacional, onde, por direito, a pessoa com deficiência deve se apropriar de um sistema educacional inclusivo em todos os aspectos, ao longo de toda a sua vida. Sendo assim, é reiterado o dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade de garantir educação de qualidade à pessoa com deficiência.

Diante das orientações legais para a construção de uma educação inclusiva de qualidade, surge no cenário educacional uma série de dúvidas sobre como materializar as exigências estabelecidas por essas novas normativas. A escola denominada *inclusiva* unifica as modalidades de ensino, ou seja, a educação especial não deve mais se dar de forma segregada, mas sim, como suporte integrado à educação regular. Garante aos alunos público alvo da educação especial, as adaptações e apoios necessários para um aprendizado efetivo no ambiente comum de ensino. Assim, aos poucos, a inclusão no contexto escolar se efetiva no Brasil, mesmo que a duras penas, buscando superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito (TESSARO, 2005).

Tendo em vista que a legislação garante o direito à educação em salas comuns aos alunos com necessidades educacionais específicas, independentemente do seu grau de comprometimento, surgem medidas para consolidar o direito efetivo ao educando, de acesso à escola, a sala de aula regular, e ao currículo. O sistema escolar passa a reconhecer a necessidade de modificações que vão além do acesso ao espaço físico, atingem também aspectos atitudinais e curriculares. Nesse contexto emerge a ideia de se oferecer o apoio do *Cuidador* na escola para determinado grupo de alunos que apresentam sérias limitações que os impedem de realizar tarefas básicas do cotidiano escolar, com autonomia. Ao se recorrer à história e natureza da profissão do *Cuidador*, verifica-se que ela é originalmente característica da área da saúde e, por isso mesmo, sua presença

no ambiente educacional é nova, estranha. De acordo com a literatura, entendia-se a importância desse profissional como responsável por garantir os cuidados principais ou complementares, de um indivíduo com problemas para realizar atividades básicas, tanto no ambiente doméstico como no ambiente hospitalar.

No caso do ambiente escolar, existem algumas especificidades que precisam ser consideradas. O papel do Cuidador é dar apoio aos alunos que apresentam limitações ou dificuldades na realização de atividades como locomoção, alimentação, higiene ou outras, que podem comprometer o seu processo de escolarização. O Cuidador precisa garantir que o aluno tenha as condições básicas necessárias, dentro da escola, para aprender. Sendo uma função criada muito recentemente para o âmbito escolar, a presença do *Cuidador* na escola tem gerado dúvidas quanto a sua atribuição, função, formação, espaço de atuação e a clientela que atende. Não está claro o seu papel, não há experiências anteriores para serem analisadas.

Diante dessa realidade surge a necessidade da realização de estudos para se conhecer o perfil do *Cuidador* na escola. É fundamental compreender como esse profissional pode se constituir em um apoio e um aliado para a inclusão escolar dos alunos com graves comprometimentos físicos, motores, comportamentais e/ou intelectuais. Foi realizada uma pesquisa que analisou a situação do *Cuidador* em uma rede municipal de ensino. Pretendeu-se conhecer as normativas existentes na rede, como tem sido feita a contratação, qual é o local de trabalho, a quantidade de cuidadores e de alunos atendidos, além de conhecer as funções e os critérios para atendimento dos alunos.

A pesquisa documental se baseou em documentos fornecidos pelos órgãos responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado do município bem como pela empresa terceirizada responsável pela contratação dos Cuidadores. A pesquisa de campo utilizou entrevistas semiestruturadas com o gestor da rede de ensino e funcionário dessa mesma empresa que versaram sobre os seguintes aspectos: função, atribuição, jornada de trabalho, clientela atendida, formação, contratação e papel do *Cuidador*.

Ao analisar os documentos que subsidiaram a contratação do *Cuidador* por essa rede de ensino, foi identificada a existência de um projeto elaborado em 2014, que descreveu a situação dos alunos com deficiência no município e apontou a necessidade de contratação do *Cuidador* escolar. Os argumentos presentes no projeto que justificaram tal contratação foram dados pelo censo nacional que apontou aumento de 68% no número de estudantes com deficiência matriculados no ensino regular da rede pública e privada do país, o que repercutiu também nesse município estudado. Diante dos fatores apresentados nesse projeto foi assegurado que estudantes com deficiência tivessem garantidos os suportes necessários para que a inclusão escolar ocorresse com êxito. Atendendo ao que proclama a já citada LDB, o município reconheceu na época, que deveria oferecer os recursos e apoios adequados para um atendimento educacional de qualidade para todos, inclusive aos alunos com graves comprometimentos.

Ainda em 2014, de acordo com a documentação analisada, a Secretaria da Educação do município realizou um levantamento sobre as necessidades educacionais dos alunos com deficiência matriculados na rede de ensino do município. No estudo foram identificados alunos que necessitavam da presença de um profissional que os auxiliassem nas áreas de higiene, locomoção e alimentação. Destaca-se que nesse momento o Ministério Público e o Poder Judiciário haviam se manifestado cobrando do referido município o atendimento aos alunos com deficiência. Exigiam a garantia de recursos que viabilizavam não só o acesso, mas também garantissem a permanência e a acessibilidade curricular desses alunos nas escolas.

Assim, a referida Secretaria Municipal de Educação elaborou um Plano de Ação cujo objetivo foi prestar apoio aos alunos com deficiência que possuíam limitações motoras e apresentam dificuldades no autocuidado, respeitadas suas condições específicas. Por meio de um profissional capacitado denominado pela rede como *Cuidador* escolar o projeto buscou oferecer suporte aos alunos com deficiência que possuíam limitações motoras e estavam matriculados no Ensino Infantil, Fundamental I, nas unidades escolares de ensino nos períodos de manhã, tarde e noite. Desde então os *Cuidadores Escolares* passaram a participar do cotidiano escolar dos alunos que se encontravam com dificuldades para realizar com independência atividades de alimentação, utilização de sanitário, higiene bucal, higiene íntima, locomoção e demais situações encontradas no decorrer da execução do contrato, relacionadas a variados tipos de atividades no qual alunos necessitavam de auxílio.

De acordo com a entrevista realizada com o gestor responsável pelo setor de apoio à inclusão do município estudado, em 2017, a contratação e prestação de serviços do *Cuidador* escolar desde o início foi feita por uma empresa terceirizada. A empresa ofereceu serviços preparando os profissionais de acordo com as três atribuições exigidas pela lei, a saber, apoio na higienização, locomoção e alimentação. O diagnóstico das crianças que necessitam da presença do *Cuidador* era feito pelo setor responsável vinculado à secretaria municipal de educação que, em parceria com a empresa terceirizada, faziam o encaminhamento e orientavam a ação dos *Cuidadores* nas unidades de ensino. A supervisora responsável pela empresa que contrata os *Cuidadores* destacou que o público alvo desse projeto, eram crianças com necessidades especiais, e que as que mais recebiam atendimento desde o início do projeto eram as crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA).

As ações realizadas pelo *Cuidador* estavam de acordo ao que indica a LDB (1996), ou seja, o direito à educação inclusiva e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) reafirmando o direito à educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, em todo o território nacional, bem como, a garantia dos apoios necessários para o atendimento às necessidades específicas do aluno ao longo de toda a sua trajetória escolar. Nessa direção foi necessário implementar uma série de medidas de formação

e capacitação de professores, gestores e funcionários; instituição do Plano Individual de Atendimento Educacional Especializado que considere as potencialidades do aluno; a viabilização de recursos educacionais, mediações e estratégias para o acesso à rotina escolar, dentre outras medidas. Este conjunto de iniciativas, bem como o direito a um acompanhante especializado na classe comum, nos casos de comprovada necessidade segue as determinações da nova redação da LDB, conforme já apontado acima, e do artigo 3º. da Lei 12.764/2012, no que se refere ao caso específico do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Vale ressaltar que o gestor entrevistado informou que todos os alunos com deficiência, mesmo alunos com comprometimentos mais leves como alunos com Síndrome de Down, surdez ou outras síndromes, tinham o apoio do *Cuidador* escolar. A idade dos alunos atendidos pela rede variava entre bebês com meses de vida, até crianças com 12 anos de idade.

2 | RESULTADOS

Funções e atribuições do Cuidador

O *Cuidador* na escola desenvolve um trabalho diferente do *Cuidador* que atua na área da saúde. Embora o objetivo seja o mesmo, a saber, cuidar e apoiar a pessoa em suas atividades básicas, o local de atuação do trabalho é completamente diferente, o que demanda certas modificações na maneira como atuam e na atribuição destes profissionais o que interfere, necessariamente, na sua formação. Vale lembrar que não cabe ao *Cuidador* escolar trabalhar ou desenvolver questões pedagógicas junto ao aluno, afinal, ele não tem formação específica para isso. Sua função é garantir um ambiente acessível ao aluno, de acordo com suas necessidades, visando apoiá-lo na realização de tarefas como alimentação, locomoção, higiene, entre outras, assegurando sua participação em todos os ambientes de aprendizagem e nas atividades propostas durante a permanência do aluno na escola. No parágrafo quinto do artigo 58 da LDB, é caracterizado o serviço do *Cuidador* escolar:

§ 5º A ocupação de Cuidador escolar caracteriza-se pelo serviço de auxílio prestado, no âmbito de instituição de ensino, a educandos com deficiência, considerada assim qualquer limitação, ainda que temporária, que os impeça de realizar tarefas básicas da vida diária - dessa forma é possível entender o papel do Cuidador na escola como um auxiliador nas tarefas básicas do aluno no período escolar.

Essas funções apontadas na LDB também foram identificadas na entrevista realizada com a responsável pela empresa terceirizada e pela gestora da referida rede municipal de ensino. Apontaram que a função do *Cuidador* na escola era auxiliar nas tarefas de higienização, locomoção e alimentação, dos alunos que possuem comprometimento nessas três áreas, para favorecer a autonomia e promover a sua participação nas tarefas

escolares. Tais informações coadunam com o que está previsto no Projeto apresentado por essa rede municipal:

O Cuidador é um profissional específico para acompanhar todo aluno com deficiência ou com hipótese diagnóstica que necessita de algum tipo de auxílio ou suporte no ambiente escolar, possibilitando a efetiva inclusão. Ele tem como atribuições apoiar os alunos que não possuem independência nas atividades de alimentação, de higiene, de locomoção e outras atividades correlacionadas que necessitam de eliminação de barreiras que impossibilitem a sua autonomia (PROJETO CUIDADOR- MARÍLIA, 2014)

As informações coletadas junto a gestora, junto a pessoa responsável pela empresa contratante e dados do *Projeto Cuidadores* da rede de ensino, convergem quanto às concepções, funções e atribuições do *Cuidador* na escola estando de acordo com a legislação vigente no país. Entretanto, os dados coletados revelaram um fato importante: nessa rede de ensino, além dos alunos com graves comprometimentos, o *Cuidador* oferece apoio, também, para outros alunos com deficiência, sem problemas de alimentação, higiene e locomoção. Acrescenta-se a isso a informação de que em muitas situações, o *Cuidador* ajuda e até mesmo assume o trabalho pedagógico com tais alunos. Durante as entrevistas o gestor admitiu que essa situação não é defensável e que essa situação precisaria ser revista e modificada pois os *Cuidadores* estavam assumindo um papel que era do professor.

Critérios para atendimento do Cuidador

Quanto aos critérios para ser atendido pelo *Cuidador* dentro da escola, a gestora destacou que só tinha direito a esse apoio, no início do projeto, crianças que apresentavam a comprovação da deficiência por meio do laudo. Mas, tal situação se modificou ao se observar que a educação infantil ficaria desfavorecida, isso porque o fechamento do laudo demandava muito tempo pois dependia do sistema da saúde que comumente era lento. A partir dessa constatação, a rede começou a oferecer o suporte do *Cuidador* a partir do levantamento de uma hipótese diagnóstica, e não mais apenas do laudo, levando a um aumento substancial do número de crianças atendidas. A funcionária da empresa terceirizada destacou que, na realidade, esses critérios passaram a ser menos rígidos, não sendo estabelecidos pela empresa. Afirmou que as mudanças foram acontecendo em decorrência da falta de critérios claros e da pressão dos pais que, cada vez mais, começaram a solicitar, inclusive via judicial, o auxílio do *Cuidador* na escola, mesmo em situações em que não havia necessidade desse suporte.

O Projeto de Lei do Sr. Eduardo Barbosa nº 8014/10 e, a alteração do art. 58 da LDB, que passa a vigorar acrescido do §2º, deixa em aberto os critérios para se ter a presença de um *Cuidador* na escola, o que acaba por gerar diversas dúvidas e certa insegurança para os gestores e também para os juristas que avaliam os processos. Segundo o Projeto:

§ 2º Quando necessário para promover o atendimento educacional na escola regular, e em função das necessidades específicas do aluno, será assegurado ao educando portador de necessidades especiais a presença de cuidador no estabelecimento de

ensino, para atendimento das suas necessidades pessoais.

Quanto ao número de crianças que tem recebido o atendimento do *Cuidador* nas escolas dessa rede de ensino, pode ser considerado acima da média, quando comparado a outros municípios que tem equivalente número de habitantes. Isso pode ser explicado pelo critério utilizado pela referida rede para ter o *Cuidador*. Basta o aluno ter alguma deficiência ou mesmo estar em processo de avaliação ou, como prevê a lei, ter o laudo de aluno com Transtorno de Espectro Autista (TEA). A questão da autonomia do aluno para realizar as tarefas não tem sido um aspecto impeditivo para se conseguir a presença do *Cuidador*. O critério mais importante para se oferecer o atendimento passou a ser a existência da condição de deficiência ou hipótese diagnóstica da mesma. Tal fato precisa ser analisado criticamente pois, crianças que poderiam realizar tarefas de forma independente, estão tendo um apoio desnecessário. Tal situação é preocupante pois dá margem a discriminação, estigma, ou mesmo compromete o desenvolvimento do sujeito em direção a sua autonomia e independência. Essa situação pode ainda favorecer a interiorização do sentimento de incapacidade, isso porque os professores e comunidade escolar podem limitar a participação do aluno nas atividades, diminuindo suas expectativas de aprendizagem em relação ao aluno.

Critérios para contratação dos Cuidadores

Sobre a contratação, a gestora entrevistada relata que acontece por meio de uma empresa terceirizada. Segundo ela, não existe exigência para que esses profissionais tenham uma formação específica, e quem determina as suas atribuições, é a própria empresa contratante. O critério utilizado na seleção dos *Cuidadores* é uma entrevista e, dentro dessa entrevista, verifica-se a formação geral da pessoa, bem como, é feito um esclarecimento a respeito das tarefas que deverão exercer no trabalho. A responsável pela entrevista explicou que apesar de esclarecer durante o processo seletivo que a parte pedagógica não deveria caber ao *Cuidador*, quando vão para as escolas, é muito comum isso acontecer. O critério mínimo necessário para ser contratado é ser alfabetizado pois terão que ler orientações e fazer um relatório diário, entregue para a responsável da empresa, mensalmente. Não é necessário que tenham qualquer experiência anterior ou algum curso específico na área da saúde ou da educação

Quanto a formação exigida para a contratação, de acordo com o parágrafo VI do artigo 58 da LDB, fica estabelecido que “O *Cuidador* escolar deverá ter como formação mínima curso técnico de nível médio em enfermagem ou em cuidados”. Tal formação não foi usado como pré-requisito para a contratação na rede municipal de ensino aqui pesquisada. Os entrevistados apontaram que na seleção dos candidatos, foi exigido apenas o domínio da leitura e da escrita. Afirmaram que a qualificação inicial da equipe ocorria após ao processo seletivo. Em outros momentos, em serviço, o profissional recebia formação por meio de cursos, capacitações e orientações sistemáticas pela equipe da

Secretaria da Educação e pela empresa contratante.

Segundo consta no *Projeto Cuidadores*, no tópico do município quando trata das *Orientações para o fornecimento do serviço*, fica explícito que cabe a empresa terceirizada, contratar e oferecer suporte aos profissionais da rede, atendendo a demanda de alunos matriculados no Ensino Infantil e Fundamental abrangidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Local de trabalho do Cuidador

A gestora da rede apontou na entrevista que, de modo geral, o *Cuidador* deveria atuar fora da sala de aula, nos diferentes ambientes escolares, haja visto que se trata de um profissional que não tem qualificação para assumir responsabilidades no processo de escolarização do aluno. Entretanto, reconhece que há algumas exceções como no caso de crianças muito pequenas ou mesmo crianças com graves problemas de ordem comportamental. A funcionária da empresa confirmou isso, apontou que tem ciência de que o local de trabalho desse profissional deveria ser fora da sala de aula. Acrescentou que, por lei, o *Cuidador* não pode fazer interferências pedagógicas. Entretanto, afirmou que como grande parte das crianças sob responsabilidade dos *Cuidadores* são pequenas, foi elaborado um anexo ao contrato para que o *Cuidador* possa ficar dentro da sala de aula, mas realizando atividades vinculadas apenas às suas atribuições.

Número de Cuidadores e alunos atendidos

De acordo com a funcionária da empresa, há em média 114 *Cuidadores* atuando em diferentes escolas dessa rede municipal de ensino. Desses, três eram volantes, responsáveis por substituírem algum profissional que faltar.

No ano de 2014, 88 alunos de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) recebiam o atendimento dos *Cuidadores* Escolares, enquanto que nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), o número de alunos atendidos chegava a 97, resultando em um total de 185 alunos. No ano seguinte, o número geral de alunos atendidos cresceu para 209, sendo 112 para as EMEI e 97 para as EMEF. Em 2016, os números continuaram a subir, de modo que eram 120 alunos atendidos em EMEI e 99 em EMEF chegando a um total de 219 alunos. Em 2017 eram 100 alunos atendidos em EMEIs e 97 alunos em EMEFs, com total geral de 197 alunos atendidos. Na maior parte das escolas um mesmo *Cuidador* cuidava de uma a três crianças dependendo da situação e do comprometimento apresentado.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os dados foi possível constatar que desde 2004 a rede municipal de Ensino estudada está atendendo plenamente o que exige a legislação vigente referente

ao direito do aluno com graves comprometimentos em ter o suporte do *Cuidador* na escola. As funções e atribuições desse profissional também estão de acordo com as normativas legais. Entretanto, em relação à clientela atendida, observou-se que a referida rede oferece esse apoio, inclusive, para alunos que não apresentam comprometimentos graves nas áreas de locomoção, higiene e alimentação. Tal fato tem um aspecto positivo pois oferece atendimento a todos os alunos com deficiência e um aspecto negativo. É preciso compreender que ao oferecer esse serviço de forma indiscriminada a escola pode favorecer uma situação de discriminação ou mesmo uma ideia equivocada de que todos alunos com deficiência, independentemente do grau de comprometimento, precisam desse tipo de apoio. Assim, um serviço que deveria favorecer e subsidiar uma escola pautada na inclusão pode, se não for muito bem orquestrado pelos gestores, professores e funcionários, tornar-se um mecanismo que fomenta a estigmatização e mesmo a exclusão. Os próprios professores podem começar a entender que não são responsáveis pela educação de alunos com deficiência. Além disso, o serviço prestado pelo *Cuidador* não pode substituir o Atendimento Educacional Especializado, que é um apoio pedagógico especializado que está previsto na legislação e é complementar e/ou suplementar ao ensino devendo ser oferecido no horário contrário em dias e horários previamente estipulados.

Constata-se ainda que não há quantidade expressiva de estudos e pesquisas sobre o tema, bem como as orientações e normativas legais não estão muito detalhadas e claramente explicitadas. As funções, atribuições e formação do *Cuidador* são apontadas de forma geral o que possibilita que cada sistema educacional se organize de forma diferente podendo comprometer o verdadeiro papel que o *Cuidador* deveria ocupar em uma escola inclusiva.

A presença do *Cuidador* na escola é um fato importante para a efetivação da oportunidade de aprendizagem de um determinado grupo de alunos, mas por si só, não garante que a escola tenha uma perspectiva educacional inclusiva, em que são garantidas as mesmas oportunidades de ensino para toda diversidade de alunos. É fundamental que a atuação do *Cuidador* na escola esteja inserida em um projeto pedagógico inclusivo mais abrangente, pautado em um trabalho colaborativo e solidário entre professor de classe comum, professor da educação especial, gestores, funcionários, familiares, alunos e comunidade. Só assim será possível, de fato, garantir não só a presença física de todos os alunos na escola, mas, muito mais do que isso, viabilizar sua escolarização em um ambiente acolhedor e inclusivo, com os apoios necessários, garantindo o efetivo envolvimento e participação de todos, sem exceção.

A inclusão escolar tem se tornado hoje um dos grandes tabus ligados à educação. Algumas pesquisas mostram que tal processo vem se dando de maneira inadequada, desordenada, e muito distante de seus ideais. Isso porque a inclusão escolar não trata de um processo simples, não significa apenas mudar o lugar que o aluno ocupa na escola, tirando o educando com necessidades educacionais específicas da classe especial

inserindo-o na sala de aula comum. Vai muito além disso, é uma mudança de paradigma baseada em uma nova forma de entender a escola, o ensino e a aprendizagem, e isso pode ser verificado quando se analisa a forma pela qual os sistemas de ensino tratam a educação do alunado com graves comprometimentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 02 nov.2016.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei PL 8014/2010**. Eduardo Barbosa – PSDM/MG. Câmara dos Deputados. Dez. 2010. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=489702>>. Acesso em 14/06/2017

BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012: LEI BERENICE PIANA**. Brasília DF: Presidência da República, 2012. 3 p. Disponível em <<http://db.tt/LrHA3T4g>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

MARÍLIA. **Projeto Cuidadores**. Prefeitura Municipal de Marília. Secretaria Municipal da Educação. Centro Escola Municipal de Atendimento Educacional Especializado “Profª. Yvone Gonçalves” Marília, Jun. 2014.

TESSARO. **Inclusão Escolar: Concepções De Professores E Alunos Da Educação Regular E Especial**. 2005. ABRAPEE. Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Disponível em <<http://www.abrapee.psc.br/artigo20.htm>> Acesso em: 19 Jun. 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php .Acesso em 19 Abr. 2017

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais . Acesso em: 10 Jun. 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: Unesco, 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2017.

SOBRE O ORGANIZADOR

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA - Professor do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Campus VII) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA (UNEB - Campus III). Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (IESCFAC), Especialista em Educação Matemática e Licenciado em Matemática pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (CESVASF). Foi professor e diretor escolar na Educação Básica. Coordenou o curso de Licenciatura em Matemática e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) no Campus IX da UNEB. Foi coordenador adjunto, no estado da Bahia, dos programas Pró-Letramento e PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Participou como formador do PNAIC/UFSCar, ocorrido no Estado de São Paulo. Pesquisa na área de formação de professores que ensinam Matemática, Ludicidade e Narrativas. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (CNPq/UFSCar), na condição de pesquisador e do Grupo Educação, Desenvolvimento e Profissionalização do Educador (UNEB/PPGESA), na condição de vice-líder. É editor-chefe da Revista Baiana de Educação Matemática (RBEM), uma publicação do PPGESA da UNEB em parceria com o Campus VII da mesma instituição e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 21, 22, 23, 77, 79, 122, 145, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 201

Ações Afirmativas 1, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13

Aluno com Síndrome de Down 52

Aluno Surdo 26, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 101, 106, 109, 110, 111, 157, 181

Apoio à inclusão 201

Atendimento Educacional Especializado 7, 9, 38, 64, 66, 69, 77, 78, 79, 86, 90, 122, 134, 135, 136, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 178, 200, 201, 202, 206, 207

Autismo 42, 63, 64, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 130, 131, 132, 133

Avaliação de Políticas 70

B

Base de dados bibliográficas 187

Brasil 14, 15, 17, 21, 23, 25, 32, 47, 48, 50, 57, 64, 70, 72, 73, 79, 82, 83, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 104, 108, 109, 111, 116, 134, 135, 137, 138, 139, 154, 156, 160, 168, 169, 170, 171, 179, 181, 182, 187, 188, 189, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cidade 76, 105, 117, 125, 153, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 196

Consciência Linguística 152, 154, 155, 157

Contextos 7, 8, 80, 89, 102, 123, 134, 135, 136, 138, 161, 162, 181, 182

Criança 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 53, 56, 57, 58, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 78, 84, 100, 120, 121, 123, 125, 126, 130, 132, 133, 188, 190, 191, 197, 198, 207

Cuidador na escola 196, 199, 200, 202, 203, 206

Cultura 1, 4, 5, 25, 28, 31, 35, 36, 44, 65, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 142, 145, 152, 156, 157, 173, 174, 177, 178, 208

D

Deficiência visual 144, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Design 24, 25, 26, 27, 30, 32, 149

Dificuldade de aprendizagem 61, 62

Discurso 57, 80, 180

Dislexia 63, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194

E

Educação Básica 11, 17, 18, 25, 39, 44, 56, 70, 71, 74, 77, 90, 99, 142, 143, 151, 165, 208
Educação de Jovens e Adultos 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165
Educação de Surdos 75, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 90, 93, 94, 95, 98, 100, 102, 104, 118
Educação em Saúde 34
Educação Especial 7, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 39, 44, 53, 61, 63, 65, 66, 77, 78, 83, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 102, 103, 104, 108, 118, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 145, 159, 163, 165, 178, 186, 190, 191, 193, 197, 198, 199, 206, 207
Educação Inclusiva 1, 2, 3, 7, 9, 11, 15, 18, 21, 51, 60, 78, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 108, 118, 134, 135, 136, 137, 139, 151, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 196, 197, 198, 199, 201, 207
Educação Profissional 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151
Educação Superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 14, 15, 17, 22, 23, 35, 47, 48, 72
Ensino de Libras L2 180
Escrita 1, 43, 47, 58, 63, 66, 68, 75, 77, 81, 82, 88, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 153, 154, 156, 168, 184, 185, 188, 190, 191, 193, 204
Estratégias 1, 7, 8, 10, 35, 42, 53, 54, 59, 60, 61, 65, 88, 90, 108, 128, 144, 155, 159, 160, 163, 164, 177, 183, 185, 191, 202

F

Formação de Professores 25, 56, 85, 88, 90, 92, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 164, 208

I

Inclusão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 101, 103, 108, 109, 111, 117, 118, 119, 120, 122, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 188, 189, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207
Infância 38, 40, 43, 44

J

Jogo Librário 24, 25

L

L1 152, 153, 155, 182
Lazer 97, 136, 167, 170, 173, 174, 177, 178
Libras 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 75, 76, 77, 79, 80, 81,

82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 116, 117, 118, 138, 139, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Língua Brasileira de Sinais 16, 25, 31, 34, 35, 46, 48, 49, 50, 75, 76, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 99, 101, 103, 106, 116, 118, 181, 185

Línguas de sinais 95, 152, 156

Ludicidade 67, 68, 119, 120, 123, 128, 130, 131, 208

M

Meio Ambiente 24, 26, 27, 29, 30, 31

Moçambique 134, 135, 137, 138, 139, 140

N

Núcleo de Acessibilidade 1, 6, 8, 10, 12, 13

P

Painel Sensorial 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Pessoas com deficiência 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 40, 50, 53, 66, 79, 108, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Políticas Educacionais 70, 83, 102, 135, 136, 138, 149

Português 25, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 118, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 184, 185, 189, 191

Prática docente 52, 56, 58, 59, 100, 102, 103

R

Revisão 17, 24, 46, 49, 59, 69, 75, 80, 85, 87, 132, 187, 189, 190, 193

S

Sala de Recursos 44, 61, 62, 63, 67, 68, 77, 132

Sinopses Estatísticas 14, 17, 18, 19

Surdez 35, 37, 48, 76, 80, 82, 83, 85, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 104, 152, 158, 180, 182, 186, 202

Surdos 24, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 48, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 116, 118, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 180, 181, 182, 186

T

Tecnologia Social 24, 25, 32, 179

Terminologias de Química e Biologia em Libras 105

Trajetórias de aprendizagem 38, 42

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020